



PROGRAMA DETALHADO da Certificação de Gestores ANBIMA (CGA) para profissionais CFA[®]

Controle: D.02.78

Data da Elaboração: 01/06/2018

Data da Revisão 02: 03/09/2020

Vigência: 03/09/2020

Elaborado por: Certificação ANBIMA

Aprovado por: Comitê de Certificação
e/ou Gerência de Certificação



Programa Detalhado da Certificação de Gestores ANBIMA (CGA) para profissionais CFA®

- Versão 1.2 -

OBJETIVOS DA CGA para profissionais CFA

Desde a implantação do programa de certificação da ANBIMA em 2002, a indústria de Gestão de Recursos de terceiros sempre se fez muito presente, sendo uma das áreas de representação mais importantes da Associação. Os gestores de recursos estão presentes na ANBIMA não apenas como parte do corpo diretivo, mas atuam de forma intensa nos Comitês de Fundos de Ações, de Renda Fixa e Multimercado, de Investimento em Participações, de Investimento em Direitos Creditórios e de Investimento Imobiliário, seus Subcomitês e Grupos de Trabalho.

Atuando em conformidade com as demandas apresentadas pelos associados e com o objetivo de fomentar o crescimento do mercado, a ANBIMA orientou seus esforços para desenvolver a Certificação de Gestores ANBIMA (CGA), que foi lançada em 2009. A CGA tem como objetivo certificar profissionais das Instituições Participantes que desempenham atividades de gestão profissional de recursos de terceiros, atuando na gestão de carteira de títulos e valores mobiliários e que tenham alçada, ou poder de decidir por investimentos (compra e venda), dos ativos integrantes da referida carteira.

Em 2017, iniciamos um trabalho de discussão da CGA de forma a atender a uma demanda do mercado relacionada a especificação de quais atividades, desempenhadas por profissionais relacionados à gestão de recursos de terceiros, deveriam requerer essa certificação. Nessa análise, identificamos que existe uma semelhança de conteúdo dos programas da CGA e o do CFA® – Chartered Financial Analyst, certificação de distinção para profissionais do mercado de gestão de investimentos, atualmente aplicada pelo CFA Institute em mais de 160 países. O CFA é uma

certificação internacional e seu programa cobre uma gama extensa de assuntos relacionados a análise de investimentos e gestão de portfólios, mas não trata de nenhum assunto ou produto de investimento específico do Brasil. Com essa diretriz em mente, desenvolvemos um programa detalhado para um exame complementar para os profissionais CFA, com os conhecimentos adicionais que um profissional deve ter para ser considerado certificado CGA.

Dessa forma, os profissionais que possuírem a certificação CFA poderão realizar esse exame especial da CGA e, em caso de aprovação e atuação junto a uma instituição participante do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Programa de Certificação Continuada, também serão profissionais certificados pela Certificação de Gestores ANBIMA (CGA).

O CONTEÚDO DO PROGRAMA DETALHADO

O programa detalhado da Certificação de Gestores da ANBIMA (CGA) para profissionais CFA® é composto por 10 (dez) grandes temas: Economia; Análise de Relatórios Financeiros; Finanças Corporativas; Mercados; Renda Variável; Renda Fixa; Derivativos; Ética; Legislação e Regulação; e Investimentos Alternativos.

Os seus respectivos desdobramentos em tópicos, itens e subitens detalham os assuntos considerados essenciais para o desempenho das atividades relacionadas à gestão de recursos de terceiros para os profissionais que desejam obter a CGA e já sejam detentores da certificação CFA®.

A ANBIMA assume o compromisso de revisar periodicamente este programa detalhado com a finalidade de incorporar novos assuntos, sempre que o dinamismo e a evolução dos mercados financeiro e de capitais venham a torná-los relevantes e essenciais.

A legislação vigente representativa para a gestão de recursos e os produtos de investimento, ainda que não totalmente explicitada, encontra-se também presente nos conceitos e conteúdo dos diversos temas e tópicos abordados. Aspectos conceituais e práticos relacionados à Matemática Financeira poderão ser objeto de avaliação de maneira transversal em todos os módulos do programa. Em função disso, é imprescindível o uso da calculadora para realizar o exame da CGA para profissionais CFA®, desde que não seja calculadora alfanumérica.

ORIENTAÇÕES DE ESTUDOS

A fim de melhor direcionar os estudos dos candidatos ao exame da certificação CGA para profissionais CFA[®], a ANBIMA disponibiliza um documento denominado Orientações de Estudo, que determina quais conhecimentos e habilidades são exigidas com relação aos diferentes tópicos apresentados neste Programa Detalhado. Dessa forma, esse documento indica o que poderá ser exigido dos candidatos (por exemplo: entendimento de determinado conceito, cálculo matemático, análise de uma situação apresentada, entre outras habilidades) no exame da certificação CGA para profissionais CFA[®].

As Orientações de Estudo (*Learning Outcome Statements – LOS*) são parte complementar ao Programa Detalhado e constam de documento que não está previsto no Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Programa de Certificação Continuada, devendo servir apenas como uma orientação no direcionamento dos estudos dos candidatos à certificação CGA para profissionais CFA[®].

PROGRAMA DETALHADO CGA PARA PROFISSIONAIS CFA®

- Versão 1.2 –

A legislação aplicável ao conteúdo do exame é aquela que se encontra vigente e eficaz em até 6 (seis) meses antes do exame.

1. ECONOMIA (PROPORÇÃO: 10 a 14%)

1.1 Macroeconomia

1.1.1 Indicadores Econômicos

1.1.1.1 Produto Interno Bruto (PIB) e Produto Nacional Bruto (PNB)

1.1.1.2 Inflação/deflação e o mercado financeiro. Indicadores de inflação: IGP (IGP-M, IGP-DI, IGP-10), INPC, IPCA

1.1.1.3 Nível de renda, nível de emprego, salários

1.1.1.4 Formação dos juros na economia

1.1.1.5 Taxas de juros e o mercado financeiro nacional: Taxa Selic, TLP, TBF, TR

1.1.1.6 A Taxa DI e o mercado interfinanceiro

1.1.2 Sistema Financeiro Nacional (SFN)

1.1.2.1 Atribuições dos órgãos e agentes reguladores: CMN, Banco Central do Brasil, CVM.

1.1.2.2 Instituições financeiras: Bancos Múltiplos, Bancos de Investimento, Distribuidoras e Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários, de Câmbio e de Futuros

1.1.2.3 Objetivos do Banco Central

1.1.2.4 Balança comercial

1.1.2.5 Ferramentas de política econômica

1.1.2.6 Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB)

1.1.2.7 Câmaras de Compensação/Liquidação: Clearing B3 e Selic

1.1.3 Política Fiscal e Governo

1.1.3.1 Necessidade de financiamento do setor público

1.1.3.2 Implicações para a dívida pública

1.1.3.3 Curva de Laffer

1.1.3.4 Efeito de *crowding-out*

1.1.3.5 Efeitos intergeracionais da política fiscal

1.1.3.6 Multiplicadores (gastos, impostos e orçamento equilibrado) e seus efeitos

1.1.3.7 Política fiscal expansionista e contracionista

1.1.4 Política Monetária, Moeda e Inflação

1.1.4.1 Funções da moeda

1.1.4.2 Criação e destruição de moeda

1.1.4.3 Agregados monetários

1.1.4.4 Inflação

1.1.4.4.1 Meta de inflação

1.1.4.4.2 Cálculo da taxa de inflação e deflação

1.1.4.4.3 Inflação não antecipada vs. antecipada e efeitos

1.1.4.4.4 Inflação e desemprego

1.1.4.4.5 Curva de Phillips de curto e longo prazo

1.1.4.4.6 Inflação na taxa nominal de juros

1.1.4.5 Teoria Quantitativa da Moeda

1.1.4.6 Instrumentos de política monetária: operações de mercado aberto, redesconto e depósitos compulsórios

1.1.4.7 Atribuições do COPOM e impacto das decisões

1.1.4.8 Relação entre juros e atividade econômica

1.1.5 Câmbio

1.1.5.1 Determinantes da taxa de câmbio

1.1.5.2 Regimes de taxas de câmbio

1.1.5.3 Taxas de câmbio *spot* e *forward*

1.1.5.4 Apreciação e depreciação de moedas

1.1.5.5 Taxas de câmbio cruzadas

1.1.5.6 Câmbio e fluxos internacionais de capital

1.1.5.7 Reservas internacionais

1.1.5.8 Relações de paridade entre as moedas

1.1.5.9 Cupom cambial

1.1.5.10 Swap cambial

1.1.6 Oferta Agregada e Demanda Agregada

1.1.6.1 Modelo de oferta agregada e demanda agregada

1.1.6.2 Curva de demanda agregada

1.1.6.3 Curva de oferta agregada de curto prazo e de longo prazo

1.1.6.4 PIB real e PIB potencial

1.1.6.5 Pleno emprego e taxa natural de desemprego

1.1.6.6 Equilíbrio macroeconômico e seus determinantes

2. ANÁLISE DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (PROPORÇÃO: 10 a 14%)

2.1 Principais demonstrações contábeis

2.1.1 Balanço Patrimonial: componentes e itens monetários e não monetários

2.1.2 Demonstração do resultado do exercício (DRE)

2.1.3 Demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL)

2.1.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

2.1.5 Demonstração de Valor Adicionado (DVA)

2.1.6 Notas explicativas

2.2 Convergência Contábil e adoção do IFRS (*International Financial Reporting Standards*)

2.2.1 CPC 01 – Redução do Valor Recuperável de Ativos (IAS 36)

2.2.2 CPC 04 – Ativos Intangíveis (IAS 38)

2.2.3 CPC 15 – Combinações de Negócios (IFRS 3)

2.2.4 CPC 18 – Investimento em Coligada e Controlada (IAS 28)

2.2.5 CPC 22 – Informações por Segmento (IFRS 8)

2.2.6 CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (IAS 37)

2.2.7 CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1)

2.2.8 CPC 27 – Ativo Imobilizado (IAS 16)

2.2.9 CPCs 38, 39 e 40 – Instrumentos Financeiros (IAS 32, IAS 39 e IFRS 7)

3. FINANÇAS CORPORATIVAS (PROPORÇÃO: 5 a 7%)

3.1 Política de Dividendos

3.1.1 Dividendos em ações, em dinheiro, bonificação, Juros sobre Capital Próprio (JCP), desdobramento (*split*) e grupamento: conceitos e impactos sobre os preços e quantidades das ações do investidor.

3.1.2 Recompra de ações

3.1.3 Fatores que afetam a política de dividendos

3.1.3.1 Restrições de pagamentos de dividendos

3.1.3.2 Variação dos pagamentos de dividendos

3.1.3.3 Estágio de maturidade da empresa

3.1.3.4 Preferências de investidores

3.1.3.5 Aspectos tributários

3.1.3.6 Teoria da sinalização de dividendos

3.1.4 Impacto da política de dividendos no preço da ação

3.2 Governança Corporativa

3.2.1 Objetivos, atributos e medidas de um sistema de Governança Corporativa

3.2.2 Conflitos de interesse entre administradores, diretores e acionistas

3.2.3 Conselho de administração: responsabilidades e fatores determinantes de eficiência

3.2.4 Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado da B3: critérios de adesão/ listagem e os reflexos sobre o direito dos acionistas

4. MERCADOS (PROPORÇÃO: 5 a 7%)

4.1 Organização e funcionamento do mercado de capitais

4.1.1 Mercados primário e secundário

4.1.2 Mercado organizado (eletrônico e viva voz) e mercado de balcão

4.1.3 Formadores de mercado (*market makers*)

4.1.4 Tipos de ordens

4.1.5 Registro e Liquidação (SELIC e *Clearing B3*)

4.1.6 O Sistema de Pagamento Brasileiro

4.1.7 Mecanismos de ofertas públicas

4.1.7.1 Garantia firme

4.1.7.2 Melhores esforços

4.1.7.3 Leilão holandês

4.1.7.4 Coleta de intenções de investimento e recebimento de reservas (*Bookbuilding*)

4.1.7.5 Distribuição de lote suplementar (*green shoe*)

4.1.7.6 Distribuição de quantidade adicional (*hot issue*)

4.1.7.7 *Competitive bids*

4.1.7.8 *Private placement*

4.1.7.9 Ofertas Públicas com Esforços Restritos (ICVM 476/09)

4.1.7.10 Ofertas Públicas (ICVM 400/03)

4.1.8 Processo de divulgação de ofertas públicas: consultas sobre a viabilidade das ofertas (*pilot fishing, predeal research, premarketing*, leitura de Mercado), definição da faixa de preços e apresentação para investidores (*roadshow*)

4.1.9 Mercados de Renda Variável

4.1.9.1 Mercado Primário

4.1.9.1.1 Abertura de capital

4.1.9.1.2 Underwriting

4.1.9.1.3 Emissão de novas ações

4.1.9.2 Funcionamento da Bolsa de Valores - B3

4.1.9.2.1 Venda a descoberto

4.1.9.2.2 Aluguel de ações

4.1.9.2.3 Compra de ações com uso de margem

4.1.9.2.4 Garantias

4.1.9.2.5 Custos de execução

4.1.9.2.6 Negociações à vista e a termo com ações

4.1.9.2.7 Margens no mercado acionário

4.1.9.2.7.1 Margem de manutenção

4.1.9.2.7.2 Chamada de margem

4.1.9.2.8 Regulamentação da B3

4.2 Índices

4.2.1 Metodologias de cálculo dos índices acionários

4.2.1.1 Ponderados pelo preço (*price weighted*)

4.2.1.2 Ponderados pela capitalização de mercado (*market weighted*)

4.2.1.3 Ponderados pela liquidez (*liquidity-weighted*)

4.2.1.4 Sem ponderação (*equal weighted*)

4.2.2 Características estruturais

4.2.2.1 Índices acionários domésticos e globais

4.2.2.2 Índices de renda fixa domésticos e globais

4.2.3 Índices de bolsa de valores no Brasil: Índice Bovespa (IBOVESPA), Índice Brasil (IBrX), Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC), Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), Índice de Energia Elétrica (IEE), Índice *Mid-Large Cap* (MLCX), Índice Small Cap (SMLL), Índice

Valor BM&F Bovespa (IVBX-2), Índice de Fundos de Investimento Imobiliário (IFIX) e Índice de Dividendos (IDIV)

4.2.4 Índices de bolsa de valores no exterior: S&P 500, Dow Jones, Nikkei 225, FTSE, Hang Seng, NASDAQ-100, MSCI World, MSCI *Emerging Markets*, Russell 2000

4.2.5 Índices de renda fixa no Brasil: Família de Índices IMA – Índice de Mercado ANBIMA (IMA-Geral, IRF-M, IMA-C, IMA-B, IMA-S).

4.2.6 Índices de renda fixa no exterior: Bloomberg Barclays Aggregate Bond Index, Bloomberg Barclays Emerging Markets Index, FTSE World Broad Investment-Grade Bond Index (WorldBIG), J.P. Morgan Emerging Markets Bond Index.

5. RENDA VARIÁVEL (PROPORÇÃO: 10 a 14%)

5.1 Produtos

5.1.1 Ações: classificação (ordinárias e preferenciais) e medidas de liquidez

5.1.2 Units

5.1.3 ADRs – *American Depositary Receipts*

5.1.4 BDRs – *Brazilian Depositary Receipts*

5.2 Rendimentos de Ações

5.2.1 Valor nominal, patrimonial, de liquidação e de mercado

5.2.2 Avaliação de ações

5.2.3 Análises *top-down* e *bottom-up*

5.2.4 Componentes da taxa de retorno

5.2.5 *Return on Equity* (ROE)

5.2.6 Dividendos

5.2.7 Direitos de subscrição

5.2.8 Bonificação

5.2.9 Juros sobre capital próprio

5.2.10 Ganho de capital

5.3 Tributação de ações (mercado à vista): tipos de investidores, fato gerador, alíquota e base de cálculo dos impostos aplicáveis

6. RENDA FIXA (PROPORÇÃO: 10 a 14%)

6.1 Características de um título de renda fixa

6.1.1 Prazos de aplicação e relação com preços dos títulos

6.1.2 Características básicas (prazo, valor de face, taxa de cupom)

6.1.3 Indexados (Cambial, Selic, IGPM, IPCA)

6.1.4 Taxas de cupom (zero cupom, prefixada, pós-fixada, *step-up*, *deferred*)

6.1.5 Estrutura de títulos pós-fixados (fórmula de cupom, *caps*, *floors*)

6.1.6 Juros acumulados, preço limpo e preço sujo

6.1.7 Provisão de resgate antecipado

6.1.8 Opções embutidas

6.1.9 Compra com uso de margem e operações compromissadas

6.2 Princípios gerais de precificação de títulos de renda fixa

6.2.1 Preço de mercado. ágio e deságio; retorno exigido do investimento.

6.2.2 Marcação na curva

6.2.3 Títulos corporativos versus títulos públicos; formação de preços

6.2.4 Processo de precificação

6.2.5 Fatores que impactam o preço do título

6.2.6 Precificação utilizando taxas *spot* versus uma taxa constante (*yield to maturity*)

6.2.7 Taxa a termo

6.3 Setores e produtos

6.3.1 Mercado de títulos públicos e privados: estrutura, títulos negociados e formas de negociação

6.3.2 Títulos Públicos Federais: Letras do Tesouro Nacional (LTN), Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e Notas do Tesouro Nacional (NTN)

6.3.3 Principais títulos privados: emissores, características, riscos, aspectos legais e de negociação, formas de contratos, vantagens e desvantagens, garantias e tipos

6.3.3.1 Certificados de depósitos bancários (CDB)

6.3.3.2 Letras Financeiras (LF)

6.3.3.3 Debêntures

6.3.3.4 Notas Promissórias

6.3.3.5 Cédula de Crédito Bancário (CCB)

6.3.3.6 Certificado de Cédula de Crédito Bancário (CCCB)

6.3.3.7 Cédula de Crédito Imobiliário (CCI)

6.3.3.8 Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)

6.3.3.9 Letras Hipotecárias (LH) e Letras Imobiliárias (LI)

6.3.3.10 Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)

6.3.3.11 Letra de Crédito Imobiliário (LCI)

6.3.3.12 Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE)

6.3.3.13 Cédula de Produto Rural (CPR)

6.3.3.14 Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA)

6.3.3.15 Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)

6.3.3.16 Letra de Crédito do Agronegócio (LCA)

6.3.3.17 Operações Compromissadas

6.3.4 Securitização de recebíveis

6.3.4.1 Características e benefícios; comparação com risco corporativo

6.3.4.2 Análise de carteira e análise individualizada dos ativos

6.3.4.3 Elementos estruturais típicos: redistribuição de risco de crédito, reforço de crédito, triggers de desempenho, critérios de elegibilidade de ativos, ranking de senioridade de tranches

6.3.4.4 Segregação legal dos ativos

6.3.4.5 Riscos específicos: risco de pré-pagamento, risco de taxa de juros, risco de base, risco de fungibilidade

6.3.5 Medidas de liquidez dos títulos

6.4 Tributação de títulos públicos e privados de renda fixa: tipos de investidores, fato gerador, alíquota e base de cálculo dos impostos aplicáveis

7. DERIVATIVOS (PROPORÇÃO: 10 a 14%)

7.1 Mercado doméstico de derivativos: características e instrumentos

7.1.1 Bolsa de Valores, Mercadorias & Futuros (B3) e funcionamento do mercado de derivativos

7.1.2 Contratos e minicontratos de derivativos agropecuários e financeiros

7.1.3 Sistemas de garantias (margem, ajustes diários, etc.)

7.1.4 Regulamento das operações da B3

7.1.5 Derivativos de balcão

7.2 Contratos Futuros e a Termo

7.2.1 Características gerais e operacionais

7.2.2 Precificação e negociação

7.2.3 Formação do preço futuro ou a termo

7.2.4 Principais contratos futuros e a termo

7.3 Opções

7.3.1 Características gerais e operacionais

7.3.2 Opções europeias e americanas

7.3.3 Opções com barreira (*up-and-in, up-and-out, down-and-in, down-and-out*)

7.3.4 Moneyness (*in-the-money, at-the-money, out-of-the-money*)

7.3.5 Principais tipos de opções e de operações com opções: opção de compra (*call*), opção de venda (*put*), *caps e floors, collars, box, butterfly, straddle, strangle, call spread*

7.3.6 Perda e ganho máximo, valor no vencimento, lucro/perda, preço de *break even* para cada operação

7.3.7 Modelos de precificação de opções, seus fatores de impacto nos preços e suas limitações

7.3.8 Modelo de Black-Scholes e as “*gregas*”

7.4 Swaps

7.4.1 Características gerais e operacionais.

7.4.2 Tipos de swap: moeda, taxas de juros, *Credit Default Swap* e ações

8. ÉTICA (PROPORÇÃO: 8 a 12%)

8.1 Princípios de Ética e padrões de conduta

8.1.1 Princípios e Padrões de Conduta do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Programa de Certificação Continuada

8.1.1.1 Princípios que norteiam a atuação profissional

8.1.1.2 Padrões de conduta

8.1.1.2.1 Com relação ao mercado financeiro e de capitais

8.1.1.2.2 Com relação à Instituição Participante

8.2 Compliance com princípios éticos e padrões de conduta

8.2.1 Treinamento e educação sobre Ética

8.2.2 *Hotlines*, ouvidorias internas e *enforcement*

9. LEGISLAÇÃO E REGULAÇÃO (PROPORÇÃO: 10 a 14%)

9.1 Regulação e Melhores Práticas

9.1.1 Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas

9.1.1.1 Definições (Capítulo I)

9.1.1.2 Objetivo e Abrangência (Capítulo II)

9.1.1.3 Princípios Gerais de Conduta (Capítulo IV)

9.1.1.4 Regras Gerais (Capítulo V)

9.1.1.5 Documentos da Oferta (Capítulo VII)

9.1.1.6 Selo ANBIMA (Capítulo IX)

9.1.1.7 Publicidade (Capítulo X)

9.1.2 Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Administração de Recursos de Terceiros e deliberações correlatas

9.1.2.1 Definições (Capítulo I)

9.1.2.2 Objetivo e Abrangência (Capítulo II)

9.1.2.3 Princípios Gerais de Conduta (Capítulo IV)

9.1.2.4 Contratação de Terceiros em Nome dos Fundos de Investimento (Capítulo VI)

9.1.2.5 Administração Fiduciária (Capítulo VII)

9.1.2.6 Gestão de Recursos de Terceiros (Capítulo VIII)

9.1.2.7 Conselho Consultivo e Comitê Técnico e de Investimento (Capítulo X)

9.1.2.8 Exercício do Direito de Voto em Assembleia (Capítulo XI)

9.1.2.9 Anexo I – Fundos de Investimento 555 (Capítulos III a VIII)

9.1.2.10 Anexo II – Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (Capítulos III e V a IX)

9.1.2.11 Anexo III – Fundos de Investimento Imobiliário (Capítulos IV a VII)

9.1.2.12 Anexo IV – Fundos de Investimento em Índice de Mercado (Capítulo II)

9.1.2.13 Anexo V – Carteiras Administradas (Capítulo III)

9.1.2.14 Deliberação ANBIMA nº 77, de 30/11/2016 – Diretrizes de Classificação de Fundos de Investimento 555

9.1.2.15 Deliberação ANBIMA nº 80, de 07/02/2018 – Diretriz ANBIMA de Apreçamento

9.1.3 Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Programa de Certificação
Continuada

9.1.3.1 Definições (Capítulo I)

9.1.3.2 Objetivo e Abrangência (Capítulo II)

9.1.3.3 Princípios Gerais de Conduta (Capítulo III)

9.1.3.4 Certificação Profissional para Gestores de Recursos de Terceiros (Seção II)

9.1.4 Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Serviços Qualificados ao
Mercado de Capitais

9.1.4.1 Definições (Capítulo I)

9.1.4.2 Objetivo e Abrangência (Capítulo II)

9.1.4.3 Princípios Gerais de Conduta (Capítulo IV)

9.1.4.4 Regras e Procedimentos (Capítulo V)

9.1.4.5 Custódia (Capítulo IX)

9.1.4.6 Controladoria (Capítulo X)

9.2 Normas legais e infra legais

9.2.1 Lei nº 6.385/76 (Lei do Mercado de Capitais) e alterações posteriores

9.2.1.1 Das disposições gerais (Capítulo I)

9.2.1.2 Distribuição de valores mobiliários (Art. 19)

9.2.1.3 Da administração de carteiras e custódia de valores mobiliários (Capítulo VI)

9.2.1.4 Dos crimes contra o mercado de capitais (Capítulo VII-B)

9.2.1.5 Penalidades aplicáveis pela Comissão de Valores Mobiliários (Art. 11)

9.2.2 Instrução CVM nº 558/15 e alterações posteriores

9.2.2.1 Definição (Capítulo I)

9.2.2.2 Requisitos para o registro (Capítulo II)

9.2.2.3 Prestação de informações (Capítulo IV)

9.2.2.4 Regras de conduta (Capítulo V)

9.2.2.5 Regras, procedimentos e controles internos (Capítulo VI)

9.2.2.6 Administrador fiduciário (Capítulo VII)

9.2.2.7 Distribuição de cotas (Capítulo VIII)

9.2.3 Instrução CVM nº 555/14 e alterações posteriores

9.2.3.1 Definições (Capítulo II)

9.2.3.2 Características, Constituição e Comunicação (Capítulo III)

9.2.3.3 Cotas dos Fundos de Investimento (Capítulo IV)

9.2.3.4 Documentos e Informações do Fundo (Capítulo V)

9.2.3.5 Assembleia Geral (Capítulo VII)

9.2.3.6 Administração dos Fundos de Investimento (Capítulo VIII)

9.2.3.7 Carteira dos Fundos de Investimento (Capítulo IX)

9.2.3.8 Fundos Restritos (Capítulo X)

9.2.4 Instrução CVM nº 400/03 e alterações posteriores

9.2.4.1 Dispensa de registro ou de requisitos

9.2.4.2 Conteúdo da oferta

9.2.4.3 Opção de distribuição de lote suplementar

- 9.2.4.4 Resultado da oferta e distribuição parcial
- 9.2.4.5 Instituições Intermediárias
- 9.2.4.6 Prospecto
- 9.2.4.7 Consulta sobre a viabilidade da oferta
- 9.2.4.8 Coleta de intenções de investimento
- 9.2.4.9 Recebimento de reservas
- 9.2.4.10 Normas de conduta
- 9.2.4.11 Material publicitário
- 9.2.4.12 Divulgação e período de distribuição
- 9.2.4.13 Veracidade das informações
- 9.2.5 Instrução CVM nº 476/09 e alterações posteriores
 - 9.2.5.1 Aplicação
 - 9.2.5.2 Procedimento de Distribuição
 - 9.2.5.3 Obrigações dos Participantes
 - 9.2.5.4 Negociação dos Valores Mobiliários
- 9.2.6 Instrução CVM nº 356/01 e alterações posteriores
 - 9.2.6.1 Definições (Art. 2)
 - 9.2.6.2 Da constituição e das características gerais
 - 9.2.6.3 Das cotas
 - 9.2.6.4 Da distribuição de cotas de fundo fechado
 - 9.2.6.5 Do prospecto
 - 9.2.6.6 Do regulamento
 - 9.2.6.7 Da administração
 - 9.2.6.8 Do custodiante

9.2.6.9 Da contratação de serviços

9.2.6.10 Das carteiras

9.2.6.11 Da publicidade e da remessa de documento

9.2.7 Resolução CMN nº 4.661/18

9.2.7.1 Segmento Renda Fixa (Capítulo V, Seção I, Subseção I)

9.2.7.2 Segmento Renda Variável (Capítulo V, Seção I, Subseção II)

9.2.7.3 Segmento Estruturado (Capítulo V, Seção I, Subseção III)

9.2.7.4 Segmento Imobiliário (Capítulo V, Seção I, Subseção IV)

9.2.7.5 Segmento Exterior (Capítulo V, Seção I, Subseção VI)

9.2.7.6 Limites de Alocação e Concentração por Emissor (Capítulo VI)

9.2.7.7 Derivativos (Capítulo VIII)

9.2.7.8 Fundos de Investimentos Constituídos no Brasil (Capítulo IX)

9.2.7.9 Desenquadramento Passivo (Capítulo X)

9.2.7.10 Vedações (Capítulo XI)

9.2.8 Instrução CVM nº 578/16 e alterações posteriores

9.2.8.1 Registro, Funcionamento e Enquadramento (Capítulo II)

9.2.8.2 Classificação dos Fundos (Capítulo III)

9.2.8.3 Cotas (Capítulo IV)

9.2.8.4 Administração e Gestão (Capítulo VI)

9.2.9 Instrução CVM nº 472/08 e alterações posteriores

9.2.9.1 Da constituição e das características (Capítulo II)

9.2.9.2 Da subscrição e distribuição de cotas (Capítulo III)

9.2.9.3 Da administração e obrigações do administrador (Capítulo VI)

9.2.9.4 Da assembleia Geral (Capítulo V)

- 9.2.9.5 Da divulgação de informações (Capítulo VII)
- 9.2.9.6 Patrimônio (Capítulo VIII)
- 9.2.9.7 FII para Investidores Qualificados (Capítulo XII)
- 9.2.10 Instrução CVM nº 359/02 e alterações posteriores
 - 9.2.10.1 Das características e da Constituição (Capítulo II)
 - 9.2.10.2 Da administração (Capítulo III)
 - 9.2.10.3 Das cotas (Capítulo IV)
 - 9.2.10.4 Da negociação em mercado secundário (Capítulo V)
 - 9.2.10.5 Da divulgação de informações (Capítulo VIII)
 - 9.2.10.6 Da carteira (Capítulo X)
- 9.2.11 Resolução CMN nº 3.922/10 e alterações posteriores
 - 9.2.11.1 Da alocação dos recursos e da política de investimentos (Seção I)
 - 9.2.11.2 Dos segmentos de aplicação e limites (Seção II)
 - 9.2.11.3 Dos Limites Gerais e da Gestão (Seção III)
- 9.2.12 Instrução CVM nº 494/11 e alterações posteriores
 - 9.2.12.1 Características Gerais (Capítulo I)
 - 9.2.12.2 Estatuto do Clube (Capítulo II)
 - 9.2.12.3 Administração (Capítulo IV)
 - 9.2.12.4 Carteira (Capítulo V)
 - 9.2.12.5 Prestação de Informações (Capítulo VI)
 - 9.2.12.6 Regulamentação e fiscalização pela entidade administradora de mercado organizado
- 9.2.13 Legislação pertinente a planos de previdência privada
 - 9.2.13.1 Instrução CVM nº 555/14, art. 131
 - 9.2.13.2 Resolução CNSP nº 349/17 e alterações posteriores

9.2.13.3 Resolução CNSP nº 348/17 e alterações posteriores

9.2.13.4 Resolução CNSP nº 321/15 e alterações posteriores

9.2.13.5 Resolução CMN nº 4.444/15 e alterações posteriores

9.2.14 Instrução CVM nº 554/14 e alterações posteriores

9.2.14.1 Conceito de investidor profissional (art. 9º-A).

9.2.14.2 Conceito de investidor qualificado (art. 9º-B).

9.3 Compliance

9.3.1 Obrigatoriedade (art. 10 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Administração de Recursos de Terceiros)

9.3.2 Segregação de Atividades na Gestão (Resolução do CMN nº 2.451/97) e gerenciamento de conflitos

9.3.3 Prevenção contra a lavagem de dinheiro

9.3.3.1 Lei 9.613/98 e alterações posteriores

9.3.3.1.1 Dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores (Capítulo I)

9.3.3.1.2 Das pessoas sujeitas ao mecanismo de controle (Capítulo V)

9.3.3.1.3 Da identificação de clientes e manutenção de registros (Capítulo VI)

9.3.3.1.4 Da Comunicação de Operações Financeiras (Capítulo VII)

9.3.3.1.5 Da responsabilidade administrativa (Capítulo VIII)

9.3.3.2 Instrução nº 301/99 (alterada pelas Instruções nº 463/08, nº 506/11, nº 523/12, nº 534/13 e nº 553/14)

9.3.3.2.1 Do âmbito e finalidade

9.3.3.2.2 Da identificação e cadastro de clientes

9.3.3.2.3 Do registro de transações e do limite respectivo

9.3.3.2.4 Do período de conservação dos cadastros e registros

9.3.3.2.5 Do monitoramento e da comunicação das operações

9.4 Tributação de Fundos

9.4.1 Impostos aplicáveis. Fundos de Renda Fixa, Fundos de Renda Variável e demais tipos de Fundos

9.4.2 Fato gerador

9.4.3 Alíquota

9.4.4 Base de cálculo

10. INVESTIMENTOS ALTERNATIVOS (PROPORÇÃO: 5 a 7%)

10.1 Mercados de Investimentos Alternativos

10.1.1 Características gerais de investimentos alternativos

10.1.2 Fatores de *due diligence* desta classe de investimentos

10.1.3 Fatores relevantes para clientes afluentes

10.2 Fundos de Investimento Abertos e Fechados

10.2.1 Distinção

10.2.2 Cálculo do valor da cota

10.2.3 Taxas

10.2.4 Classificação dos fundos

10.2.4.1 Estilo

10.2.4.2 Setor

10.2.4.3 Index

10.2.4.4 Global

10.3 *Hedge Funds e Funds of Funds*

10.3.1 Características de *Hedge Funds*

10.3.1.1 Estrutura legal

10.3.1.2 Taxas

10.3.1.3 Objetivos

10.3.2 Classificação de *Hedge Funds*

10.3.3 Performance de *Hedge Funds*

10.3.4 Vantagens e desvantagens de *Hedge Funds*

10.3.5 Riscos de *Hedge Funds*

10.3.6 Características de *Funds of Funds*

10.3.7 Vantagens e desvantagens de *Funds of Funds*

10.3.8 Índice de *Hedge Funds* no Brasil: IHFA – Índice de *Hedge Funds* ANBIMA

10.3.9 Índices de *Hedge Funds* no Exterior: *Credit Suisse Hedge Fund Index*, *HFRX Global Hedge Fund Index*, *Morningstar Broad Hedge Fund Index*.

10.4 ETFs – *Exchange Traded Funds*

10.4.1 Características

10.4.2 Vantagens e riscos

10.5 Imóveis

10.5.1 Características

10.5.2 Tipos de investimento no Brasil

10.5.2.1 Posse direta de imóveis

10.5.2.2 Fundos de Investimentos Imobiliários (FII)

10.5.2.2.1 Principais características

10.5.2.2.2 *Dividend Yield x Cap rate*

10.5.2.2.3 Vantagens e desvantagens entre investimento direto em imóveis e investimento em FII

10.5.2.2.4 Tipos de FII (Renda, Desenvolvimento e Títulos)

10.5.2.2.5 Tributação

10.5.3 Vantagens e desvantagens

10.6 *Private Equity Funds*

10.6.1 Tipos de fundos

10.6.2 Estágio do Investimento

10.6.3 Estratégias de Saída

10.6.4 Performance

10.6.5 Vantagens e desvantagens

10.7 *Commodities*

10.7.1 Características

10.7.2 Motivação para investimento